

Assunto: Menção a 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 4	Data: 10/07/2015

jornal do  commercio

Dia decisivo para a Feira de Caruaru

AGRESTE A Câmara de Vereadores vota hoje projeto que transfere a tradicional feira, símbolo da cidade, do Centro para as margens da BR-104. Feirantes prometem protesto

Mariana Mesquita
Paulo Veras
politica@jc.com.br

A tradicional Feira de Caruaru tem um dia decisivo para o seu futuro. Está na pauta de hoje da Câmara de Vereadores a votação de um projeto que muda o local da feira do Centro, onde está há 23 anos, para um terreno de 60 hectares nas margens da BR-104. O projeto é polêmico entre os feirantes pelo custo que terão que arcar com a mudança. Tanto que a Câmara aguarda para hoje um parecer jurídico para saber se vota a mudança de endereço da feira ou se convocará uma sessão extraordinária para voltar a avaliar o projeto na próxima terça-feira (14).

A proposta busca desafogar o trânsito e o comércio na área central da cidade e prevê a formação de um condomínio, onde representantes dos próprios comerciantes ficarão responsáveis por contratar uma empresa para construir o novo prédio e administrar o futuro equipamento.

Para o líder da oposição na Câmara, Antônio Carlos (DEM), o projeto pode gerar uma dívida impagável para os comerciantes. “É a concepção de um shopping. Pelo que se falou inicialmente, o custo do



Wenysson Aubergio/Acervo JC Imagem

TRADIÇÃO Pelo projeto, a Feira de Caruaru seria tirada do Centro para facilitar o trânsito

funciona em Toritama (cidade vizinha), sem toda essa ceulema”, defendeu.

O prazo para emendas ao projeto se encerrou ontem. Oito foram protocoladas e serão debatidas em conjunto pelas Comissões de Obras e Urbanismo, de Finanças e de Legislação e Redação de Leis hoje pela manhã. À noite, uma sessão da Câmara foi convocada para tentar votar o texto. Como o prefeito José Queiroz (PDT) tem maioria na Casa,

Toritama e Santa Cruz (do Capibaribe), onde existem centros de compras organizados”, defendeu o vereador José Ailton (PDT), líder do governo.

“Todas as mudanças podem gerar polêmica. Até em casa, quando a gente muda o lugar dos móveis, se estranha no começo”, minimizou o pedetista, que propôs dar ao novo espaço o nome do ex-governador Eduardo Campos.

Líder de um movimento de

dem ficar desempregadas e acusa a prefeitura de ameaçar acionar a polícia para impedir que os vendedores continuem atuando no Centro.

“Estamos mobilizando pessoal para deixar bem claro que se o projeto for aprovado, na próxima sessão, nós vamos invadir a Câmara, os 6 mil sulanqueiros, e cobrar que os vereadores providenciem bancas para todos nós”, prometeu.

centro de compras seria de R\$ 577 milhões, o que inviabilizaria a feira", disse. "Se a intenção é tirar do Centro, poderia se fazer uma parceria com o Polo de Confecções, como

se espera que o texto seja aprovado.

"Caruaru requer essa mudança para desobstruir o Centro da cidade. É preciso um lugar que seja melhor do que

sulanqueiros contrários à mudança, André Salgado diz que os comerciantes não têm condições de arcar com a transferência para o novo local. Ele prevê que 5 mil pessoas po-

Mais na web

Assista matéria da TV Jornal Caruaru gravada ontem no www.jconline.com.br/politica

Mudança se arrasta há um ano

A mudança de local da Feira de Caruaru vem se arrastando há um ano, quando a prefeitura criou um Conselho Deliberativo para gerenciar a transferência para o novo local. Em abril deste ano, o juiz José Fernando Santos de Souza, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru, suspendeu o funcionamento do conselho. A decisão acatou uma ação civil do Ministério Público de Pernambuco, que questionava a doação do terreno para pessoas jurídicas de direi-

to privado sem a realização de procedimento licitatório. O novo terreno, que fica próximo ao Polo de Confecções do município, custou R\$ 10 milhões e foi adquirido com recursos do governo do Estado.

O Conselho Deliberativo da feira era formado por representantes da Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (Acic), da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), do Sindicato dos Lojistas do Commercio de Caruaru (Sindloja) e da Associação dos Su-

lanqueiros de Caruaru. O grupo chegou a negociar a construção do centro de compras com as construtoras CP-Engenharia e ATP-Participações.

Na época, a informação repassada aos sulanqueiros era de que cada uma das novas bancas custaria R\$ 27,8 mil a vista. O valor financiado giraria em torno de R\$ 40 mil.

Depois da decisão judicial, a prefeitura decidiu retirar a proposta original e apresentar um novo projeto, onde a administração do equipamento se-

rá em regime de condomínio, gerido pelos próprios comerciantes. "A prefeitura quer lavar as mãos. Ela quer largar a confusão nas mãos dos sulanqueiros", critica o vereador de oposição Antônio Carlos.

A Feira de Caruaru existe há mais de 200 anos e funcionava no Largo da Igreja da Conceição. Foi transferida para o Parque 18 de Maio em 1992, no primeiro mandato de João Lyra Neto (PSB) como prefeito da cidade. **(M.M. e P.V.)**

Assunto: Justiça determina bloqueio de R\$ 90 mil das contas do Sindicato dos Policiais Cíveis	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 10/07/2015
Editoria:	Seção:



descumprimento da decisão

Justiça determina bloqueio de R\$ 90 mil das contas do Sindicato dos Policiais Cíveis



Foto: Sinpol/Divulgação.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou, nesta quinta-feira (9), o bloqueio de R\$ 90 mil das contas do Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco (Sinpol). As operações bancárias foram bloqueadas por meio do sistema BacenJud, transferindo o dinheiro para uma conta judicial.

A decisão, assinada pelo desembargador José Fernandes de Lemos, visa garantir o dinheiro para uma possível execução da sentença, caso a Justiça entenda que houve descumprimento da liminar que determinava a suspensão dos atos de paralisação, o que não foi cumprido pela entidade.

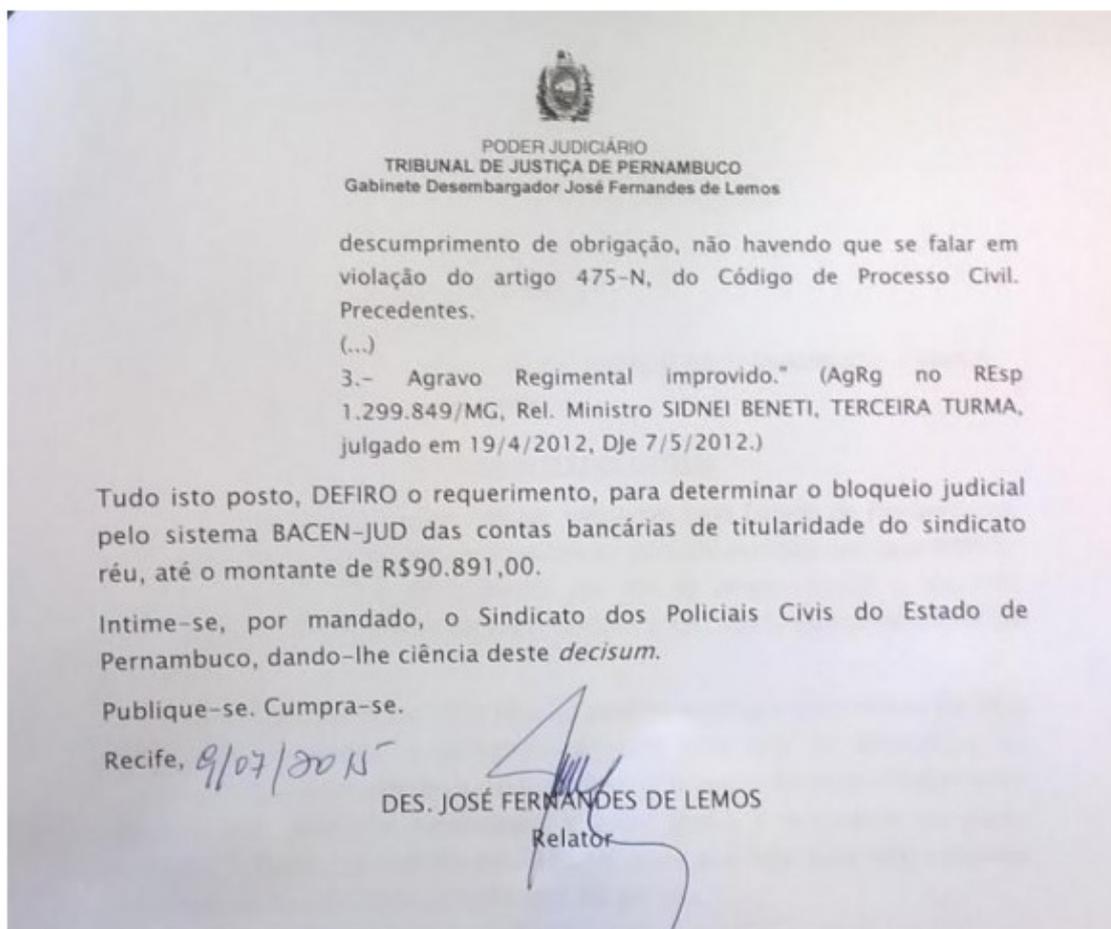
Na terça-feira (7), a Justiça arbitrou multa de R\$ 30 mil caso a determinação fosse descumprida. Nesta quarta (8), nova decisão majorou a quantia para R\$ 50 mil. Ao todo, os policiais civis paralisaram as atividades por 24 horas nessa quarta-feira.

Desde junho, os policiais paralisaram as atividades quatro vezes. Segundo o Sinpol, a intenção é cobrar isonomia da gratificação com os delegados (de 100% para 225% sobre o salário), melhores condições de trabalho no IML e delegacias, a inclusão dos

peritos papiloscopistas no Quadro Técnico Policial, a reposição inflacionária para o ano base de 2015, além da modificação no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV).

Em conversa com o **Blog**, o advogado do Sinpol, Jesualdo Campos Júnior, disse que o sindicato ainda não foi notificado sobre a decisão judicial, mas que deve recorrer para revertê-la. O Sinpol ainda criticou a medida, pois, de acordo com Jesualdo, ela só poderia ser executada após o processo estar finalizado.

VEJA DECISÃO JUDICIAL:



Reprodução do documento da Justiça.

Assunto: Redução da maioria penal vai ao banco dos réus – Júri simulado	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 10/07/2015
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO



Redução da maioridade penal vai ao 'banco dos réus'

Tema será discutido por membros da Justiça, da Câmara e da sociedade. Júri simulado, marcado pelo TJPE, marca aniversário do Estatuto.

Assunto: Redução da maioria penal vai ao banco dos réus – Júri simulado	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 10/07/2015
Editoria:	Seção:



Redução da maioria penal vai ao 'banco dos réus' em Pernambuco

Tema será discutido por membros da Justiça, da Câmara e da sociedade. Júri simulado, marcado pelo TJPE para 2ª feira, marca aniversário do ECA.



A redução da maioria penal -- aprovada pela Câmara dos Deputados no último dia 2, mesmo sob questionamento de parte da Casa e da população -- vai para o "banco dos réus" em Pernambuco na próxima segunda-feira (13). O tema será discutido por membros da Justiça, da Câmara e da sociedade civil em um júri simulado. Depois, será votado pela população em geral por meio de uma urna, em parceria com a TV Globo. A ideia é do Tribunal de Justiça do estado (TJPE) e marca o aniversário de 25 anos do Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA), que precisará passar por alterações se a proposta entrar mesmo em vigor.

Em entrevista ao Bom Dia Pernambuco desta sexta-feira (10), o desembargador da Infância e Juventude do TJPE Luiz Carlos Figueiredo, coordenador do júri simulado, explicou que a discussão foi provocada porque este é um tema importante. Ele ainda lembra que a proposta da Câmara tem mobilizado a sociedade brasileira neste ano. “É o que o povo quer discutir e o Tribunal precisa se aproximar da população, trazendo a lume tudo que interessa aos dois lados, da forma mais democrática possível, para que a população possa ter uma opinião diante desse tema tão importante para o futuro do Brasil”, esclarece.

Ao ser colocado na posição de réu, a maioria penal será defendida e acusada por profissionais de direito, como acontece na presença de promotores e advogados, em julgamentos reais. Serão três debatedores de cada lado: na acusação, onde ficam os contrários à redução da maioria penal, estarão o desembargador Luiz Carlos Figueiredo; o coordenador executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), Rodrigo Deodato de Souza Silva; e o deputado federal Tadeu Alencar (PSB). Já da defesa farão parte o desembargador do TJPE Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB).

Todos os argumentos serão avaliados por um júri composto por representantes de 15 entidades da sociedade civil. Entre elas estão os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia (CRP) e Medicina (Cremepe); a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco (OAB-PE); o Sindicatos dos Professores do Estado (Sinpro); e a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe). Ao final do júri, todos eles terão que se posicionar contra ou a favor da redução da maioria penal e justificar sua escolha, para que se chegue a uma sentença.

O júri começa às 8h de segunda-feira (13) no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda. O TJPE abriu inscrições para que os interessados assistam ao julgamento. Mas, em menos de uma semana, mais de mil pessoas se inscreveram para o debate, ocupando os 800 lugares disponíveis no teatro. Como não há mais vagas, o júri será transmitido ao vivo pelo site do TJPE e pela TV da Justiça, para que quem quiser possa acompanhar a discussão.

Ao fim do debate, a plateia do júri e a população poderá dar sua opinião sobre o tema. A Rede Globo Nordeste vai disponibilizar uma urna de votação no Centro de Convenções para que as pessoas digam se são a favor ou contra a redução da maioria penal. Os votantes ainda serão convidados a dizer se mudaram de opinião com o júri.

Assunto: Júri Simulado aberto ao público discute maioria penal no Tribunal de Justiça	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 10/07/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Júri Simulado aberto ao público discute maioria penal no Tribunal de Justiça

Na próxima segunda-feira, quando se lembra os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), serão marcados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco um júri simulado que colocará no “banco dos réus” a Redução da Maioridade Penal, tema que tem mobilizado a sociedade brasileira em 2015. A iniciativa é da Coordenadoria da Infância e Juventude do Poder Judiciário Estadual, sob coordenação do desembargador Luiz Carlos Figueiredo. O evento, no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções de Pernambuco, terá início às 8h.

Qualquer cidadão poderá se inscrever para assistir ao júri simulado por meio de um formulário eletrônico no portal do TJPE, em www.tjpe.jus.br. Magistrados, servidores públicos, estudantes universitários e secundaristas, além de outros interessados no tema, poderão participar como observadores do debate. Será concedido certificado aos participantes. Ao término, o público também poderá registrar seu posicionamento em uma votação em urna eletrônica.

O júri simulado contará com seis debatedores: o desembargador do TJPE Luiz Carlos Figueiredo, o coordenador executivo do Gajop, Rodrigo Deodato de Souza Silva, e o deputado federal Tadeu Alencar apresentarão posicionamento contrário à redução da maioria penal; e o desembargador do TJPE Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota argumentarão favoravelmente à redução da maioria penal.

O corpo de jurados será formado por 15 representantes de entidades da sociedade civil: Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia (CRP) e Medicina (Cremepe); Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE); Sindicatos dos Professores do Estado (Sinpro), dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjope), dos Bancários de Pernambuco, dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (Sintraci) e dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários (STTREPE); Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe); Arquidiocese de Olinda e Recife; Associação das Igrejas Evangélicas Independentes; Câmara dos Dirigentes Lojistas; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Grande Recife Consórcio de Transporte.

Assunto: Após mandado de segurança, concurso para Conselheiro Tutelar do Recife é suspenso	
Veículo: folhape	Data: 10/07/2015
Editoria:	Seção:



Após mandado de segurança, concurso para Conselheiro Tutelar do Recife é suspenso

Comdica deve anunciar nova data do certame até o final de julho

O concurso público para conselheiro tutelar do Recife, que aconteceria no próximo domingo (12), foi suspenso após a 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital expedir um mandado de segurança contra o certame.

Com a suspensão, a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente (Comdica), também responsável pela prova, irá publicar um novo calendário de prova até o final deste mês. A resolução de nº 025/2015 foi divulgada no Diário Oficial do Recife nesta quinta-feira (9).

Prova

No último domingo (5), concurreiros que prestariam o Exame de Habilitação para os pré-candidatos a função de Conselheiro Tutelar do Recife foram surpreendidos ao chegar ao local da prova e encontrar um comunicado informando sobre um adiamento temporário.

A Comdica publicou uma nota no site da PCR, na madrugada do domingo (5), informando que "diante da forte chuva que atinge toda a Região Metropolitana do Recife e do Decreto de Estado de Alerta [...] o Comdica resolve adiar o Exame de Habilitação para os pré-candidatos a função de Conselheiro Tutelar do Recife". A eleição para o Conselho Tutelar do Recife busca preencher 40 vagas de conselheiros tutelares para compor os oito das seis Regiões Político-administrativas da cidade.

Assunto: Concurso para conselheiro tutelar do Recife é suspenso	
Veículo: JConline	Data: 10/07/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Concurso para conselheiro tutelar do Recife é suspenso

Motivo foi um mandado de segurança impetrado na 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital



Comissão responsável pela prova deverá publicar até o final do mês um novo calendário para o concurso

Foto: Ciete Silvério / Fotos Públicas

O concurso público que seria realizado no próximo domingo (12) para conselheiro tutelar do Recife foi suspenso. O motivo do cancelamento foi um mandado de segurança impetrado na 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital. A Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica), responsável pela prova, deverá publicar até o final de julho um novo calendário. A resolução Comdica nº 025/2015 foi publicada nesta quinta-feira (9) no Diário Oficial do Recife.

A eleição para o Conselho Tutelar do município busca preencher 40 vagas de conselheiros para compor os oito conselhos das seis regiões político-administrativas do Recife. Para maiores informações, os pré-candidatos podem ligar para (81) 3355-4655 ou (81) 3355-4654.

Assunto: Mais 14 estados devem aderir às audiências de custódia até outubro, diz CNJ	
Veículo: Consultor Jurídico	Data: 10/07/2015
Editoria:	Seção:



Mais 14 estados devem aderir às audiências de custódia até outubro, diz CNJ

O Conselho Nacional de Justiça prevê que até outubro deste ano mais 14 estados implantem as audiências de custódia. A Justiça Federal também deve fazer a adesão em um projeto piloto no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Os termos devem ser assinados nas capitais de Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paraná ainda neste mês. Em agosto será a vez dos estados do Amazonas, Tocantins, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Ceará, Santa Catarina e Bahia. Já Goiás e Roraima indicaram que devem implantar as audiências de custódia, porém ainda não há confirmação da data em que acordo será firmado.

O modelo tem sido proposto pelo CNJ aos estados, depois de projetos em São Paulo e no Espírito Santo. O último estado a aderir ao projeto foi o Maranhão, no dia 22 de junho. A ideia é que o juiz avalie em 24 horas a legalidade da prisão, se é necessário manter o encarceramento ou se pode conceder a liberdade, com ou sem cautelares, além de avaliar possível ocorrência de agressões ou maus tratos.

O CNJ afirma que a medida está firmada em acordos internacionais assinados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica. Um projeto de lei sobre o tema (PL 554) tramita desde 2011 no Senado. Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.